
UMA RECESSÃO SEM FIM?

AS TRANSFORMAÇÕES DA TEORIA

E DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

NA PERSPECTIVA

LATINO-AMERICANA*

Alicia Puyana

Resumo: este ensaio avalia criticamente os paradigmas da teoria econômica neoclássica a partir da crise mundial de 2007-2008, assim como a trajetória das economias latino-americanas após a implementação das reformas neoliberais nas décadas de 1970 e que provocaram um aumento acentuado da desigualdade em praticamente todos os países. A redução da desigualdade que ocorreu na década de 2000 é atribuída, sobretudo, à ascensão de governos de centro e centro-esquerda no subcontinente. Numa perspectiva de longo prazo, evidencia-se que os indicadores Gini de desigualdade, em 2010, apenas retornaram aos valores de 1960.

Palavras-chave: Teoria econômica. Crise mundial. Globalização. Desigualdade. América Latina.

A NEVER ENDING RECESSION? THE VICISSITUDES OF ECONOMICS AND ECONOMIC POLICIES FROM A LATIN AMERICAN PERSPECTIVE

Abstract: this essay discusses the paradigms of neoclassical economic theory, from a latin American perspective. In the first section, recent changes in economic theory and the paradigms that were the basis for economic development are discussed. The economic crisis, past and present, destroyed economic theory paradigms. In the second section observations are presented, regarding the trajectory followed by Latin American economies following the implementation of structural and liberalization reforms, closely related to the neoliberal paradigms installed as dominant ideas. In a long term perspective it is possible to identify that Radical Left and Social Democrat Left governments did manage to reduce inequality between 2000 and 2010 quite substantially, but that in several countries inequality was more intensive in 2010 than in 1960 or in 1980, and where reduction occurred, it was minimal.

Keywords: Economica theory. Wordl economic crisis. Globalization. Inequality. Latin America.

UNA RECESIÓN SIN FIN? LA TRANSFORMACIÓN DE LA TEORÍA Y DE LAS POLÍTICAS ECONÓMICAS EN UNA PERSPECTIVA LATINOAMERICANA

Resumen: este trabajo evalúa críticamente los paradigmas de la teoría economía neoclásica a partir de la crisis mundial de 2007 a 2008, así como la trayectoria de las economías de América Latina después de las reformas neoliberales en la década de 1970 que provocaron fuerte aumento de la desigualdad en casi todos países. La reducción de la desigualdad que se produjo en la década de 2000 se atribuye principalmente a la existencia de gobiernos de Izquierda Radical y de Centro-Izquierda Socialdemocrática en varios países del subcontinente. En una perspectiva a largo plazo, se evidencia que el indicador Gini de desigualdad en 2010, sólo volvió a los valores de 1960.

Palabras clave: Teoría económica. Crisis mundial. Globalización. Desigualdad. América Latina.

A crise econômica mundial eclodida no final de 2007, abalou o núcleo duro dos paradigmas econômicos que vinham norteando as políticas econômicas e o papel dos governos nos últimos 30 anos. A recuperação frágil das economias da União Europeia e dos Estados Unidos e a instabilidade da China e do Brasil vêm causando preocupações. Ademais, as previsões de organizações multilaterais¹ apontam para uma estagnação econômica de dimensões seculares, um período longo de baixas taxas de juros, pequena inflação, reduzido crescimento e alto desemprego (SUMMERS, 2013), com impactos extremamente negativos sobre a renda e desigualdades sociais.

A crise financeira global vem comprometendo a capacidade do mercado para desencadear crescimento social e ambientalmente sustentável. Para ser sustentável, o crescimento deve ser inclusivo, capaz de reduzir as desigualdades e a pobreza, ampliar os direitos universais de cidadania, promovendo o uso racional dos fatores de produção. Desta maneira, vem sendo abalada a aceitação incondicional dos efeitos democratizantes do livre mercado e dos fundamentos da macroeconomia baseados nos pressupostos da teoria econômica clássica e neoclássica, alicerçados nos pressupostos da microeconomia. Ampliam-se os questionamentos quanto à natureza das políticas baseadas nestes princípios. As credenciais da teoria econômica - como uma ciência supostamente exata, politicamente neutra e com capacidades preditivas - estão sendo questionadas. Um dos poucos, se não o único, efeito positivo da crise é o entendimento que a economia deve retornar ao campo das ciências sociais. Isto é especialmente importante para a macroeconomia, pois resgata o entendimento que a teoria econômica não pode ser separada da política.

Existe uma preocupação quanto ao futuro do capitalismo, a possível reversão da progressiva liberalização econômica e a volta do populismo - duramente combatido nos países em desenvolvimento e tolerado nos países desenvolvidos. A crise tem sido enfrentada com alguma flexibilização monetária para salvar os bancos, paralelamente a medidas de austeridade, cortes profundos nos gastos públicos, que constituem mais um passo para o desmantelamento do estado de bem-estar, iniciado com as reformas estruturais há 20 anos atrás. Os cortes vêm minando direitos civis inalienáveis dos trabalhadores conquistados por meio de lutas longas e duras por parte dos trabalhadores, e que estão sendo substituídos pelo direito à obtenção de crédito para atender às necessidades básicas ou adquirir bens públicos.

A crise econômica de 2007-8, que afetou a ordem global, não era esperada. Quem melhor explicitou, com surpresa frente à crise foi a rainha Elizabeth durante uma visita à London School of Economics, em Novembro de 2007: “É horrível! Por que ninguém a viu chegando?” (RDMP, 2009). A fala da monarca do Reino Unido provocou um intenso debate entre os economistas de projeção, numa tentativa de dar uma melhor resposta passaram a competir para lograr uma explicação satisfatória². E serviu para jogar luz sobre os impasses da teoria econômica enquanto ciência social. O *establishment* político e a mídia também entraram na polêmica, buscando explicações e justificativas.

Qual é o saldo dessa onda de inquietações e da procura por soluções? Parecia que ao menos as regulamentações financeiras seriam modificadas. Entretanto, nem a Europa nem os Estados Unidos saíram da crise (FMI, 2014; ICBM, 2014), tampouco o poder das grandes instituições financeiras foi enfraquecido. Aparentemente.

Governos vêm caindo e os cidadãos estão empobrecendo, mas a ortodoxia liberal causadora dos problemas segue em seu lugar. No entanto, seria inexata, ou talvez falaciosa, a afirmação de que “ninguém previu a crise”. Muitos previram e soaram o alarme (GALBRAITH, 2009). Essas vozes foram ignoradas pelos representantes do pensamento econômico “politicamente correto”, num exercício de intolerância e de “repressão neoclássica” (ROGOFF, 2002) para com posições críticas da ortodoxia.³ Assim, trabalhos que contestavam a ortodoxia não eram aceitos por parte dos editores de revistas de economia *mainstream*.

A limitação da teoria macroeconômica, de criar modelos baseados apenas nos fundamentos microeconômicos do agente em um contexto de equilíbrio geral, levou à predominância de econometria sobre teoria econômica, gerando assim deformações no ensino, fato causador de preocupação anos antes da crise atual. Em 1988, a *American Economic Association* formou uma comissão para avaliar os programas de teoria econômica ministrados nos cursos de pós-graduação das universidades americanas⁴. No seu relatório, a comissão (*American Economic Association Commission*, 1991) lamentou o fato de que a teoria econômica tenha se transformado em um ramo da matemática aplicada, desconectada dos fatos e das instituições do mundo real. De acordo com a comissão, os programas de pós-graduação nos EUA “produzem gerações de economistas, *idiot savants* (idiotas sábios), bem versados em técnicas, porém ignorantes diante dos fatos econômicos reais” (*American Economic Association Commission*, 1991). As principais falhas descritas apontam para lacunas no ensino de história, filosofia, geografia, conhecimento das instituições, e, claro, de teoria econômica, bem como na leitura dos clássicos.

Os programas não foram modificados e as deficiências identificadas pela Comissão foram até mesmo intensificadas – ao ponto de provocarem em setembro de 2000 protestos por parte de estudantes de economia da École Normale Supérieure (França) contra a formalização matemática excessiva no ensino da teoria econômica. Estes movimentos não partiram do medo, ou da rejeição à matemática, mas contatavam uma situação de “esquizofrenia” criada a partir do uso excessivo de modelos em substituição à realidade como norte e guia no desenvolvimento da teoria. Os estudantes passaram a reivindicar o fim da hegemonia da teoria neoclássica e o retorno ao pluralismo e ainda à disposição de sempre levar em conta a “realidade concreta” (POST AUTISTIC ECONOMICS, 2000). Movimentos semelhantes foram lançados em universidades argentinas, que pediam apoio

aos movimentos sociais que rejeitavam os “ajustes” preconizados pelo FMI. A desigualdade resultante das políticas fundamentadas nos modelos da teoria neoclássica vem se agravando em função da crise⁵.

Não ocorreu um retorno ao pluralismo, tampouco avançou-se na capacidade de absorção da “realidade concreta”, pelo menos não é este o caso dos EUA ou no Reino Unido. Simon Wren-Lewis (2010), da London School of Economics, descreve a depressão que sente ao ouvir brilhantes estudantes de economia dizendo que gostariam de pesquisar alguns problemas da vida real, porém se abstém de fazê-lo, porque os pressupostos microeconômicos não estão claros.

Inicialmente este ensaio pretende debater as mudanças recentes na teoria econômica, assim como os paradigmas que constituíram a base para o desenvolvimento econômico. A crise econômica, passado e presente, tem como efeito a destruição de paradigmas da teoria econômica. Na sequência, apresentam-se observações críticas acerca da trajetória seguida por economias latino-americanas após a implementação de reformas estruturais e de liberalização que foram estreitamente relacionadas com os paradigmas neoliberais. Estas reformas foram aplicadas inicialmente no Chile e Argentina nos anos setenta, e se tornaram dominantes na América Latina como um todo.

AS CRISES ECONÔMICAS E A CRISE DA TEORIA ECONÔMICA

Para explicar a crise atual, dois processos que se auto alimentam podem ser identificados: em primeiro lugar, a transformação da teoria econômica após o fim da Segunda Guerra Mundial; em segundo lugar, a transição de conceitos pluralistas para o reducionismo analítico com a entronização da escola neoclássica como teoria dominante. Na medida em que a economia caminhou da era de ouro do pós-guerra do capitalismo (*golden age of capitalism*), para a grande era da moderação pós crise da dívida (*great moderation*), e para a grande recessão de hoje (*great recession*), a teoria econômica e a macroeconomia passaram a adotar metáforas da física, aplicando-as à sociedade, metáforas estas baseadas nos princípios da concorrência perfeita e da racionalidade que se baseia em informações perfeitas.

As crises econômicas, como qualquer tipo de crise, exigem reflexão sobre o curso dos acontecimentos. Crises levaram a profundas mudanças nas regras políticas e econômicas das sociedades e das instituições que as regulam (ALESINA et al., 2006). No entanto, outras interpretações sugerem que os paradigmas vigentes na atualidade permaneçam e sobrevivam mais tempo do que deveriam e que as sociedades gastem tempo e invistam recursos, tentando ajustar o que não é possível de ajustar (STIGLER, 1982).

DOS CLÁSSICOS AOS NEOCLÁSSICOS: PARA QUE SERVE A CIÊNCIA ECONÔMICA?

Desde Smith e Ricardo a teoria econômica é baseada em metáforas físicas (JOMO, 2005) na idealização dos mercados e no reducionismo que atribui ao comportamento individual um racionalismo egoísta totalmente previsível. Nessas metáforas, a sociedade, assim como o universo, é regida pela mão invisível⁶, que no universo mantém o cosmos em ordem e depois de desastres restaura o equilíbrio. O nascer do sol, e as fases da lua

ou eclipses ocorrem e nenhuma ação humana pode evitá-los embora possam ser previstos com precisão relativa. Na economia e na sociedade, a mão invisível conserva e restaura o equilíbrio a um custo menor do que se mãos visíveis fossem intervir.

De acordo com Davidson (2012), Paul Samuelson é o responsável pela ideia de que a teoria econômica deve adotar os métodos das ciências naturais e construir axiomas ergódicos que demonstram que o futuro da economia é predeterminado por um processo estocástico ergódico, evoluindo assim da área da história para a área da ciência. É baseado neste entendimento que ele afirma que a função de economistas deve ser reduzida ao cálculo das distribuições de probabilidades de preços e produtividade futuros. Para Samuelson, eventos econômicos repetem-se inexoravelmente em um curso previsível, sendo possível prever eventos futuros e responder a eles tomando por base eventos passados, sem considerar as condições iniciais e sem tentar alterar seu curso (DAVIDSON, 2012). Na medida em que agentes econômicos, motivados pelo interesse individual, disponham de informações confiáveis sobre o futuro, investirão de forma correta naquilo que dê retornos mais elevados, assegurando, portanto, a prosperidade global (DAVIDSON, 2012). Economistas como Lucas e Sergent, Cochrane, Mankiw, M. Friedman, e Scholes basearam seus trabalhos teóricos nestes axiomas, consagrando este método como a única abordagem válida para a investigação científica na teoria econômica e como a base racional da ordem pública (Ibid). Assim, o *instinto animal* dos agentes econômicos, fundamental para a perpetuação do capitalismo, pôde contar com a segurança e a certeza das teorias acadêmicas. Claro, que houve desvios neste caminho, teóricos que destacam as imperfeições do mercado. Stiglitz, por exemplo, um neoclássico, enfatiza os problemas de informação e avalia o mercado como patologicamente imperfeito⁷.

Modelos ergódicos elevaram a economia para o campo das ciências naturais e alguns economistas vestiram as “novas roupas do imperador” da neutralidade política; estes modelos tornaram-se axiomas irrefutáveis, ignorando todo o contexto social, político e histórico.

Em seu discurso de aceitação do Prêmio Nobel no ano de 1982, Stigler explorou a sociologia de economistas como atores poderosos, declarando-os responsáveis pela estagnação da teoria econômica, na medida em que se abandonou o método científico de testar teorias diante da realidade. Assim, segundo Stigler, os conceituados economistas da atualidade não são mais aqueles cujas teorias estão corretas, mas aqueles que impactam a categoria no seu conjunto. Sendo mais difícil vender novas ideias do que novos produtos, apela-se às técnicas de um vendedor de rua: repetições exageradas, ênfases desproporcionais, os economistas transformaram-se em pregadores, no lugar de estudiosos e teóricos (STIGLER, 1955).

Essa metamorfose da teoria econômica - conforme observado por Galbraith (1974) em sua primeira entrevista como presidente da American Economic Association - responde à necessidade de, supostamente, gerenciar e reduzir os riscos, bem como à intenção da subordinação do Estado e da sociedade aos ditames do mercado, e para

reject all heresies, in any organized form, that is to say, anything that seems to threaten the sanctity of property, profits, appropriate tariff policy, or the balanced budget, or implied sympathy for unions, public property, public regulation, or the poor (GALBRAITH, 1974, p. 239).

Ele acrescenta que ao excluir das análises as relações de poder e “... transformar a teoria econômica em uma disciplina não-política - a teoria neoclássica destrói a sua relação com o mundo real” (GALBRAITH, 1974, p. 240).

Ainda segundo Galbraith, distanciando-se dos graves problemas do mundo real, as teorias econômicas clássica e neo-keynesianas se limitaram a propor modelos que nada explicam, sugerindo soluções incorretas (*ibid.*). Isso inclui, por exemplo, as duas propostas mais consolidadas diante do problema do aquecimento global. Por um lado, a prioridade à adaptação - isto é, não seria necessário intervir, pois estaríamos seguindo o curso normal do planeta e a humanidade pode ajustar-se às suas mudanças - e, de outro lado, a ideia que aceita a necessidade de inverter, ou ao menos conter o aquecimento, concentrando-se as soluções em mecanismos de mercado e sistemas de preços.

Esta situação na teoria econômica remonta à década de 1970, quando a ciência econômica deu início ao projeto de transformar a macroeconomia em microeconomia. Assim, partindo do estudo do comportamento dos indivíduos, seria científico e viável analisar e resolver problemas relacionados com o crescimento, inflação, ciclos de negócios, choques externos, o desemprego e a concentração de renda (JOMO E VON ARNIM, 2009). Nesse esforço, os economistas armados com metáforas oriundas da física e do arsenal de séries temporais de longo prazo para universos de grandes dimensões montados em cima dos dados de dezenas de países, variáveis múltiplas, máquinas poderosas e software sofisticado, tentaram encontrar uma lei, a lei universal que explica tudo.

If there were to be such an economic theory, there is really only one candidate, based on extreme rationality and market efficiency. Any other theory would have to account for the evolution of individual beliefs and the advance of human knowledge, and no one imagines that there could be a single theory of all human behaviour (KAY, 21 de abril de 2009).

O axioma dos mercados perfeitamente competitivos já teria sido abandonado se os seus defensores fossem chamados a prestar contas diante dos crescentes retornos marginais, o desemprego involuntário e o desperdício de recursos.

A teoria macroeconômica ignora a complexidade do mundo real e está distanciada dos temas explorados pelos pioneiros da economia do desenvolvimento, tais como Prebisch e Furtado, e pela escola estruturalista (noções tais como a expansão das economias de escala, ou o papel da história e das instituições como criações históricas), baseada em variáveis que eram difíceis de formular à época (KRUGMAN, 1999). A economia ortodoxa evoluiu sob a premissa da concorrência perfeita e retornos decrescentes, transformou a simplificação que emana dos modelos em cópia da realidade, relegando ao esquecimento o progresso dos anos 1930 e 1940 (KRUGMAN 2009a).

Gradativamente, o método científico de testar hipóteses diante da realidade passou a ser sacrificado por uma questão de elegância, e, aos poucos, os economistas passaram a preocupar-se mais em “provocar impacto” do que efetivamente garantir a qualidade de sua pesquisa.

AS LIÇÕES ESQUECIDAS

Três eventos transcendentais marcaram o fim de três modelos da teoria econômica, evidenciando que os paradigmas teóricos em economia não são eternos, tampouco imu-

táveis. Na verdade, em todos os tempos, uma série de teorias têm coexistido e é possível assumir múltiplas perspectivas para explicar o mesmo evento. No entanto, por diversas razões, nem todas elas derivadas da teoria econômica, apenas uma assume a hegemonia. Durante as crises, abordagens alternativas ganharam destaque, provocando fadiga epistemológica, obrigando os defensores dos paradigmas dominantes a reconhecerem suas limitações.

O primeiro evento foi a crise dos anos 1930, a grande recessão, que marcou o fim de uma era de rápido crescimento de produtividade, avanços tecnológicos e do comércio global; o segundo evento foi a estagnação de meados dos anos 1970, o que levou à crise da dívida, encerrando a idade de ouro do capitalismo e da reconstrução das economias devastadas pela Segunda Guerra Mundial; o terceiro evento foi a quebra do mercado de ações de 2008, que levou à grande recessão e encerrou o período da Grande Moderação, que se deu desde o início da década de 1980 para meados de 2007, durante o qual a inflação foi controlada e as recessões nos países desenvolvidos países foram relativamente suaves, porém mais intensos e frequentes nos países em desenvolvimento (OCAMPO *et al.*, 2010b). Todas essas ocorrências, assim como a Grande Recessão, foram causados porque “um nível de riscos excessivos foi assumido, juntamente com a exuberância dos mercados financeiros” (STIGLITZ, 2010 apud OCAMPO *et al.*, 2010b).

Sobre a Grande Depressão

A Grande Depressão exterminou a fé na capacidade do mercado para regular a economia e promover os ajustes necessários para superar ciclos. O colapso do mercado de ações em 1929, a estagnação econômica e a queda na demanda evidenciaram que era necessário intervir. As intervenções foram necessárias não apenas para corrigir às eufemisticamente designadas “externalidades” ou imperfeições de mercado, mas também para manter um mínimo de atividade econômica e de demanda efetiva, dada a nulidade evidente da Lei de Say, segundo a qual, tudo o que é oferecido para venda é vendido. Keynes entendia isso. A crise, Keynes argumentou, era mais do que um episódio isolado, evidenciava que o sistema capitalista para funcionar de forma satisfatória, precisava de uma agência, o Estado, para proteger o sistema, imprimir dinheiro e investir para manter o emprego e sustentar a demanda em momentos críticos. Ele criticava duramente o setor financeiro, devido à sua propensão para a especulação de curto prazo.

Uma das contribuições mais importantes de Keynes foi a rejeição do método ergódico da teoria econômica clássica, argumentando que os axiomas desta escola são aplicáveis apenas a casos específicos e não às condições econômicas contemporâneas, a partir do qual deduz-se logicamente que os resultados adversos podem resultar de premissas incorretas (DAVIDSON, 2012, p. 3)⁸. De fato, a insistência sobre a validade dos axiomas ergódicos levou à qualificação das experiências de China, Índia e alguns países da América Latina como desvios temporários do caminho normal do capitalismo, que, mais cedo ou mais tarde, seriam obrigadas a ajustar-se.

Algumas lacunas teóricas e empíricas provocaram desânimo frente aos paradigmas keynesianos e o avanço dos princípios da economia neoclássica.

On the theoretical front, Keynes failed to explain why unemployed workers would not offer to work for a lower wage, and why profit maximizing firms would fail to hire them. On the empirical front, Keynesian economics failed to explain stagflation (FARMER, 2012).

Farmer acrescenta, por este motivo a teoria econômica voltou a “teoria dos ciclos da década de 1920”,

Assim como hoje, naquele momento não eram poucos os economistas que viam a crise como uma grande janela de oportunidades para o capitalismo, e aplicando a parábola do vidro quebrado, enfatizassem os benefícios de destruição e seus efeitos construtivos, minimizando ou simplesmente ignorando os custos econômicos e sociais, enfatizando que todas as ações anticíclicas causavam mais danos do que a própria crise. A semelhança com propostas de austeridade na conjuntura atual com ênfase na disciplina fiscal e controle da inflação para a Europa, Estados Unidos e Colômbia, e, em geral para toda a América Latina, não é nenhuma coincidência (SARMIENTO, 2002; 2005). Uma lição que emergiu das ações econômicas à época, e que caiu no esquecimento, é que ao retirar prematuramente os novos estímulos do New Deal, a economia dos EUA mais uma vez entrou em declínio, só se recuperando a partir dos gastos militares feitos em função da Segunda Guerra Mundial (KRUGMAN, 2009b)

A Era de Ouro do Capitalismo

As premissas keynesianas dominaram a teoria econômica e a ação política desde o fim da guerra até o início dos anos 1970, fase conhecida como a *era de ouro do capitalismo* (SCOTT, 1991). Durante este tempo, todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, cresceram a taxas sem precedentes⁹. O crescimento acelerado pressionou a disponibilidade de recursos naturais e acelerou a inflação. A dilapidação dos recursos naturais tornou-se tema no ambiente acadêmico e político, como no Clube de Roma, na OPEP, surgiram os petro-dólares, o preâmbulo da crise da dívida, e um conjunto de reformas estruturais.

A “estagflação” do início dos anos 1970 encerrou a *era de ouro do capitalismo* e abriu o caminho para propostas que tinham como eixo a rejeição às teorias keynesianas, em particular o seu posicionamento acerca da falta de demanda como uma causa de crises. A ideia de implementar políticas ativas de emprego através de gastos públicos, visando manter a atividade econômica e a demanda interna, passou a ser refutada.

A partir dos anos 1970, muitos elementos da teoria econômica clássica ganharam fôlego novamente, desta vez com recursos analíticos menos complexos, mas ao mesmo tempo, utilizando instrumentos mais sofisticados, passou a impor-se o foco exclusivo na estabilidade de preços e produtos no lugar do crescimento. Concomitantemente, passou-se a utilizar fundamentos microeconômicos para efetuar análises macroeconômicas.

Os choques do petróleo e da inflação no final dos anos 1960 deram origem à Teoria do Equilíbrio Geral. O pressuposto da racionalidade perfeita e a disponibilidade de informações plenas originou a ideia de que a política econômica seria ineficaz na redução do desemprego. Na medida em que os indivíduos sabem como funciona o mercado, entendem que qualquer aumento da despesa pública gera inflação e, conseqüentemente, passam a reajustar salários e preços, o que impede (mesmo no curto prazo) o aumento

do desemprego (KALETSKY, 2009). O desemprego, portanto, é visto como uma decisão voluntária de indivíduos racionais e que dispõem de informação (FRIEDMAN, 1968). Portanto, o desemprego em massa dos anos 30, ou o desemprego total marcante na Espanha (24,5%), e o desemprego dramático entre os jovens (53% da população economicamente ativa) seria na verdade, segundo este entendimento, uma situação de grandes férias coletivas (KRUGMAN, 2009b).

A crise da década de 1970 colocou em questão a validade da curva de Phillips e a existência da relação indireta entre desemprego e inflação. A inflação dos anos 1970 e posteriormente a crise da dívida caracterizou a década perdida, com uma situação de altos custos econômicos e sociais, consequência da gravidade dos ajustes. O viés das reformas estruturais não foi, entretanto, *suficientemente estrutural* (M. LIPTON, 1991), uma vez que apenas foram eliminadas as restrições de mercado decorrentes de intervenções do Estado, mantendo intactas a supressão de transações ou intercâmbios que decorriam da concentração de capital, da produção, do conhecimento e do comércio. Como será analisado mais adiante, na América Latina foram adotados e aplicados de forma consistente a base teórica das reformas assim como as políticas macroeconômicas: no Chile e na Argentina durante os anos 70, e em outros países após a crise da dívida do início dos anos 80, seguindo os programas de ajustamento estrutural reforma preconizados pelo Fundo Monetário Internacional, bem como da dupla condicionalidade estabelecida entre o FMI e o Banco Mundial.

A Grande Moderação, ou os Perigos da Estabilidade

A liberalização da economia em resposta à crise da dívida e da inflação - isto é, a remoção do Estado da gestão econômica - balizou o rumo a ser seguido pela teoria e pela política econômica, pautando os fundamentos da organização social. Por um lado, os axiomas ergódicos neoclássicos mencionados acima foram entronizados no campo teórico e na política macroeconômica, e, por outro, o mercado e os indivíduos foram apontados como a base de toda a ação social. As intervenções econômicas e políticas passaram a fundamentar-se na ideologia ultraliberal resumida na frase de M. Thatcher (1987): "... Não existe essa coisa de sociedade. Há homens e mulheres individuais, e há famílias".

Longe de ser um projeto puramente técnico, e que afeta exclusivamente a economia, a mudança do modelo de desenvolvimento que busca apenas a eficiência da despesa pública, modificou a estrutura do poder político e a distribuição do excedente econômico, assim como as relações entre Estado e sociedade, entre capital e trabalho e entre segmentos sociais. Ao redefinir os limites do Estado, o aspecto rentabilidade passou a funcionar como o princípio exclusivo orientador da economia. Os quesitos da eficiência, da rentabilidade e da competitividade sobrepuseram-se ao princípio da equidade como eixos orientadores das políticas públicas. Dizia-se aos economistas para não se preocuparem com juízos de valor (STIGLITZ, 1991). Aprofundou-se a separação entre teoria econômica positiva e teoria econômica normativa e abandonou-se o princípio de que eficiência e equidade formam uma unidade. No entanto, conforme Stiglitz, este princípio - a necessária unidade entre eficiência e equidade - e o fato de

que as imperfeições do mercado permeiam todo o sistema econômico, não havendo garantia quanto à otimização do uso dos recursos, deveriam ser tema de debate entre os economistas e políticos:

... these issues – and not the issues of whether the market economy attains the ideal of Pareto efficiency – are or ought to be the focus of discussion in democratic societies and not, as today, that the debate centres on whether with democracy the market ensures Pareto efficiency or not (STIGLITZ, 1991, 41).

As metas da eficiência e rentabilidade do capital se tornaram prioritárias e ganharam exclusividade, enquanto a equidade foi relegada para o plano das políticas residuais, separada das políticas econômicas, visando apenas pequena redução dos danos causados. A pobreza, desigualdade, exclusão, desemprego e o emprego precário, anteriormente considerados moralmente inaceitáveis, passaram a ser largamente tolerados.

O modelo liberal foi inaugurado na era da Grande Moderação, alguns casos são ignorados, tais como a crise nos Estados Unidos (meados dos anos 80), as crises no México (1986, 1994, 2009), e as crises posteriores no Sudeste Ásia, Colômbia e Argentina. Em decorrência do modelo liberal a região mergulhou na década perdida, resultado da severidade dos ajustes estruturais, como será debatido adiante.

A “Grande Moderação”, um termo cunhado por James Stock (2003) e legitimada por Ben Bernanke (2004), refere-se à redução no preço e na volatilidade das mercadorias, e foi empunhado como confirmação empírica do sucesso do liberalismo e do poder de mercado para otimizar a distribuição dos fatores de produção. Bernanke (2004) considera que a restrição monetária e a independência do banco central são as chaves entre os diversos fatores de estabilidade. Bernanke desconsidera como insignificantes, entre outros, as causas políticas e estruturais: o dinheiro fácil, mercados desregulamentados, ajustamentos cambiais, importações baratas e choques externos menos severos. A Grande Moderação levou Robert E. Lucas (2003, p. 1) a declarar como resolvido, por muitas décadas, o grande problema da teoria macroeconômica: a gestão ou prevenção de ciclos econômicos. Ele circunscreve o papel da teoria macroeconômica à definição de incentivos adequados para induzir as pessoas a trabalharem e pouparem: impostos baixos e gastos públicos moderados. Para Lucas, no longo prazo, melhores políticas fiscais impactaram positivamente no bem-estar e superaram em muito os potenciais benefícios de curto prazo de gestão da demanda, por mais eficiente que tenham sido organizados (LUCAS, 2003). Em suma, os riscos teriam sido eliminados graças ao controle da inflação e dos dados disponíveis e modelos complexos. Graças às informações completas, os mercados são eficientes e deixam os preços em níveis corretos.

Os paradigmas teóricos dos mercados eficientes e dos preços corretos endossaram a desregulamentação dos mercados financeiros e de *commodities*, e nortearam a privatização e fusão de todos os tipos de empresa. Tudo estava bem, ou assim parecia, até o estouro da bolha imobiliária, em 2007-2008, encerrando a Grande Moderação.

Diversos economistas chamaram atenção para o perigo inerente aos axiomas citados. Talvez um dos que tiveram maior clareza foi Minsky (2008). Para Minsky a instabilidade é parte intrínseca do sistema financeiro capitalista, portanto, exige mais controle fino, e não desregulamentação. Assim, o autor ousou contradizer Greenspan que assegurava:

information technologies have expanded markets to such an extent that governments, even the unbelievers, have no alternative but to deregulate ... The global financial markets are today, undoubtedly, more efficient than ever” (GREENSPAN, 1998, p. 1).

A crise estava prevista, indiferença e irresponsabilidade impediram com que fosse evitada, como concluiu o extenso relatório do *Congress’ Financial Crisis Inquiry Commission* (FCIC, 2010) dos EUA. A crise que começou no final de 2007 foi longa e profunda para os padrões da II pós Guerra Mundial, e a recuperação total ainda não está a caminho (FMI, 2014). Também ainda não está claro quais axiomas foram permanentemente desacreditados, já que vários paradigmas foram desafiados, entretanto, a resistência à mudança é forte. Dá-se assim vida às palavras de W. Faulkner: “O passado não está morto. Na verdade, nem sequer é passado.” Na América Latina a crise impactou os países com intensidades diferenciadas, e, como veremos, a recuperação tem sido lenta, se não frágil.

Em sua aparição perante o Congresso dos EUA para explicar a crise financeira, Greenspan (2007) afirmou que os fundamentos teóricos das políticas macroeconômicas da Grande Moderação (as hipóteses de mercados eficientes e preços justos) entraram em colapso porque os modelos construídos não lograram avaliar os riscos. No entanto, 18 meses mais tarde, em sua apresentação ao *Financial Crisis Inquiry Commission* (FCIC), se por um lado, ele identificou a “proliferação global de títulos de crédito tóxicos”, como as causas imediatas da crise, a política de dinheiro barato e de desregulamentação em massa foi isentada, em seu lugar, apontou o colapso do comunismo como uma das causas da crise. De acordo com Greenspan, a expansão do capitalismo e da economia de mercado em todo o mundo, expôs os Estados Unidos à concorrência de países com custos mais baixos, que poupam muito e gastam muito pouco, especialmente a China e outras nações asiáticas (GREENSPAN, 2010). No mesmo fórum, Stiglitz (2009) forneceu uma avaliação mais objetiva das causas e atores responsáveis pela crise: bancos, fundos financeiros, agências, e apontou a responsabilidade de governos que não cumpram o seu dever de proteger os cidadãos.

A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Os fatos elencados nos tópicos anteriores ensejaram o debate quanto à relação entre as políticas econômicas e sociais, debate esse reforçado pela publicação da obra *Capital in the Twenty-First Century*¹⁰ assim como a miríade de notas sobre os limites teóricos do autor, de seus argumentos e métodos¹¹ estatísticos. Em resumo, é possível afirmar que a definição de crescimento como o objetivo final de qualquer política econômica sobrepõe-se a todas as políticas. A definição de desenvolvimento e de política social normalmente aceita desde os anos 70 é claramente baseada nesta subordinação, e consagra o crescimento do PIB como o objetivo primordial da teoria econômica e preocupação central da política econômica (LYNN, 2003). Crescimento tornou-se, como evidenciado pela definição em voga do que vem a ser o conceito de desenvolvimento social, a base para o avanço político desde os anos 80, “*We conceive social development as the natural complement to economic development, both for its intrinsic and instrumental value*” (WORLD BANK, 2005, p. 2).

Assim, a política social passa à condição de um complemento apenas da política econômica, não podendo afetar a sua essência ou natureza. Programas de combate à pobreza, por exemplo, devem limitar-se a aliviar os efeitos mais agressivos e nocivos do modelo de crescimento (aumento da desigualdade, pobreza persistente e emprego precário), no sentido de neutralizar possíveis efeitos de ‘decepção’ com a democracia, ou globalização, ou ambos; ou conflitos sociais de intensidade variável; ou resultados eleitorais inesperados e governos populistas não desejáveis (alguns da América do Sul) que possam implementar programas redistributivos inaceitáveis para economistas ortodoxos. A intenção de isolar a política social tornando-a independente da política econômica tem suas origens na separação entre teoria econômica positiva e normativa, e leva à falsa questão da existência de objetivos sociais e econômicos independentes e contraditórios entre si – na verdade um falso dilema na realidade econômica. Não existem objetivos econômicos sem efeitos sociais e vice-versa - eles compõem uma unidade indivisível. A política cambial, por exemplo, tem efeitos distributivos claros (a apreciação subsidia as importações e afeta a estrutura de produção de bens importados e exportados, assim como o mercado de trabalho). É também um subsídio para aqueles que têm dívidas e despesas em dólares e um imposto sobre as remessas. A taxa de câmbio afeta os preços relativos dos bens importados, exportáveis e não-comercializáveis. Conter a inflação tem efeitos sobre o emprego, a renda do trabalho, o investimento em educação e saúde; na dinâmica e produtividade do trabalho, e no crescimento econômico.

Por fim, a suposta superioridade científica da teoria econômica (EDWARD, 2000; BECKER, 1996) gerou um debate sobre a relação entre economia e outras ciências sociais. A superioridade científica assumida tem levado ao surgimento e aceitação do “imperialismo da economia nas ciências sociais”¹², ao mesmo tempo, outras disciplinas das ciências sociais adotam os axiomas econômicos atualmente na moda, a despeito das críticas vindas de economistas de diferentes correntes. Os axiomas dos mercados perfeitos e expectativas racionais estão sendo aplicados ao estudo do comportamento de eleitores, instituições, história econômica, movimentos políticos e tráfico de drogas. A análise das instituições também passou a adotar estes axiomas, propondo a terceira onda de reformas estruturais. Este ideário aparece também no desenho de programas sociais, nos quais os direitos sociais universais do Estado do bem-estar estão sendo substituídos por programas de transferência de renda direcionados e condicionados. Nestes programas, parte-se da presunção que os pobres são seres racionais e, como tal, irão responder corretamente a estímulos e sanções econômicos burocraticamente estabelecidos. Garantidos os serviços básicos de saúde e educação, as crianças de famílias em situação de extrema pobreza transformar-se-iam em indivíduos com as habilidades e conhecimentos suficientes para competir e vencer em mercados supostamente perfeitos, no interior de sociedades meritocráticas imaginárias. A sociedade, tendo feito o dever de casa, a responsabilidade passa a recair sobre o indivíduo.

AS LIÇÕES DA AMÉRICA LATINA

Este ensaio sobre a crise da teoria econômica e das políticas econômicas exige, para ser completo, que se revise o desenvolvimento econômico latino-americano após a crise da dívida de 1982. Os motivos são diversos.

A primeira razão é que o processo de reformas e de ajustes estruturais que ocorreu na América Latina nos anos 1970, 1980 e 1990, e que se intensificou depois do México assinar o acordo do NAFTA, tem sido apresentado repetidamente como exemplo do sucesso da implementação da liberalização econômica, de ajustamento macroeconômico e disciplina fiscal. Todos os países, especialmente aqueles da agora chamada ‘Europa periférica’, foram aconselhados a seguir as reformas latino-americanas como uma rota segura e exemplar para se chegar a um crescimento sustentado. Esse foi o sentido das declarações C. Lagarde antes de sua visita ao México, Peru e Brasil em 2008¹³. O Fundo Monetário Internacional prudentemente deixou de mencionar que a América Latina é a região com a maior desigualdade no mundo, e que um grande número da população têm sido e são ainda permanentemente excluídos do progresso e dos direitos civis, e nunca conheceram um estado de bem-estar. Sob as condições políticas prevalentes na América Latina é mais fácil realizar cortes nas despesas sociais básicas do que em sociedades mais plurais, menos discriminatórias e mais democráticas. A chefe do Fundo Monetário Internacional, em suas declarações, esqueceu-se de mencionar que as reformas estruturais na América Latina foram iniciadas na década de 70 no Chile e na Argentina, durante a ditadura militar de Pinochet e Videla e, posteriormente, no México, durante todo o poder do PRI¹⁴ - a “ditadura perfeita” de acordo com Vargas Llosa. Nestes países, as reformas liberais foram mais precoces e mais intensas e abrangentes do que em outros, países menos ditatoriais ou mais democráticos da América Latina.

Em segundo lugar, a liberalização do comércio exterior e do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) foram apresentados ao mundo, especialmente aos países em desenvolvimento, como a melhor integração possível na economia global, ligando o México e os Estados Unidos em um processo acelerado de liberalização total do comércio. México e Estados Unidos são países de grandes contrastes em termos das suas dotações de recursos, quanto à produtividade, desenvolvimento tecnológico, poder político e poder militar. De acordo com a teoria econômica clássica, este acordo de comércio entre o Norte e o Sul, de corte ricardiano mais clássico, teria o efeito de maximizar os benefícios comerciais mexicanos, garantindo taxas de crescimento econômico mais elevadas do que existiam no México antes do NAFTA entrar em vigor. Depois de duas décadas sob as regras acordadas, nenhum desses efeitos emergiu na velocidade e intensidade esperadas e a economia mexicana não havia recuperado as taxas de crescimento do PIB, produtividade e aumento do emprego registrados durante o período de substituição de importações. No entanto, vários países latino-americanos, como Colômbia e Chile, dez anos mais tarde assinaram acordos semelhantes ao NAFTA, possivelmente para não ficar de fora do clube dos ‘amigos dos Estados Unidos’. Eles seguiram o caminho iniciado pelo NAFTA, sem prestar atenção às repercussões que já podiam ser observados no México. Poderia se dizer que os líderes no México, Colômbia ou Chile não apenas deixaram de ler Linder (1961) Amsden (1986;1989), Krugman ou Rodrik, mas também deixaram de prestar atenção às lições do mundo real provenientes do México e de outros países.

Em terceiro lugar, a América Latina parece estar se especializando em produtos primários, rejeitando o aprofundamento da industrialização, ignorando as consequên-

cias danosas que advém quando se confia nas exportações de recursos naturais e submetendo suas economias às síndromes da doença holandesa (*Dutch Disease*) e do ‘curso natural’ (*natural course syndrome*). Esta “reprimarização” das economias latino-americanas é um efeito esperado e lógico da liberalização das economias das regiões e das políticas de comércio exterior (FRENKEL; RAPETTI, 2011). Todos os países latino-americanos se engajaram em um padrão de exportações ricardianas: de um lado, o México e outros países da América Central e do Caribe como exportadores de manufaturados inseridos em cadeias globais de valor, com baixo valor agregado nacional e baixa intensidade de trabalho no nível de produção individual; por outro - Argentina, Brasil, Chile e Colômbia, entre outros – especializaram-se em *commodities* e manufaturas baseadas em recursos naturais.

Em quarto lugar, os períodos de crescimento na América Latina (2004-2006 e 2008-2013) coincidiram com inflação baixa, aumento dos preços das matérias-primas, um relaxamento das restrições externas e redução da concentração de renda. E mais importante, as organizações multilaterais argumentavam que esse crescimento mágico fez com que a região tivesse iniciado um percurso de crescimento irreversível e sustentável graças às políticas de liberalização e ajuste. Governos para latino-americanos não precisa se preocupar em como restaurar o crescimento e controlar a inflação (os problemas que há décadas limitavam o desenvolvimento da região), mas sim sobre como “para gerir a prosperidade com equidade”. Essas afirmações recordam o dictum de Lucas (2003) sobre a morte de ciclos econômicos mencionados anteriormente.

Em quinto lugar, a região conseguiu reduzir a pobreza e diminuir de forma incipiente a concentração de renda, quando em outros países, especialmente na UE e nos EUA, o caminho era o oposto. Para considerar os pontos acima, vamos discutir o caminho da liberalização do comércio e os seus efeitos, já que este foi o elemento central das reformas. Além disso, apresentaremos de forma mais detalhada os efeitos da liberalização econômica, a reprimarização das exportações e a redução da desigualdade.

A liberalização após a crise da dívida: A liberalização dos países latino-americanos tem sido indiscutível e intensa. Por exemplo, o coeficiente externo do PIB argentino cresceu de 10,3% em 1970 para 34% em 2011 e decresceu nos dois anos seguintes. A expansão observada no Chile e no México foi de 14,5% para 65,8% e de 17,4% para 64,2%, respectivamente (WB, 2014). A Tabela 1 apresenta a trajetória da liberalização das economias da América Latina. Alguns padrões emergem: Primeiro, Chile e México, economias extremamente liberalizadas, atingiram em 2013 um coeficiente externo quase o dobro da média latino-americana. Em segundo lugar, Argentina, Brasil e Colômbia, com o menor coeficiente externo em 2013. Em terceiro lugar, Colômbia e Chile que detinham entre 1960-1970, o maior coeficiente externo dos países representados na Tabela 1, e o processo lento de liberalização da Colômbia após 1990.

Tabela 1: Coeficiente externo de economias latinoamericanas selecionadas, 1960-2013

		COEFICIENTE EXTERNO (EXPORTAÇÃO+IMPORTAÇÃO/PIB)/100					PIB	
	PIB 2005 (Trilhões US\$)	Valores (% PIB)			Taxas de Crescimento Anual		Taxas de Crescimento Anual	
		1960	1980	2013	1960-1980	1981-2013	1960-1980	1981-2013
Brasil	1.17	14.2	20.4	27.6	4.8	1.6	7.3	2.6
México	1.04	20.1	23.7	64.2	1.0	3.8	6.8	2.5
Argentina	0.33	15.2	11.5	29.3	-0.2	4.5	3.5	2.6
Colômbia	0.21	30.4	31.8	37.4	0.6	0.7	5.4	3.6
Venezuela	0.19	43.3	50.6	50.4	1.1	-2.0	3.9	2.3
Chile	0.17	29.2	49.8	65.5	3.6	1.0	3.6	4.8
Perú	0.12	41.6	41.8	48.4	0.5	2.6	4.5	3.3
Ecuador	0.06	36.3	35.0	63.6	1.2	2.3	5.5	3.2
Panamá	0.03	ND	186.9	137.7	SD	-0.6	6.0	4.8
Costa Rica	0.03	47.6	63.3	73.9	1.7	1.0	5.9	4.1
Uruguay	0.03	32.4	35.7	55.8	2.4	-1.0	2.2	2.5
El Salvador	0.02	55.2	67.4	72.2	1.6	0.7	3.1	2.1
Bolívia	0.01	48.9	46.8	85.1	0.0	-0.8	3.4	2.9
Paraguai	0.01	ND	ND	92.7		0.7	7.0	3.6
Honduras	0.01	44.4	81.3	117.5	3.3	1.7	5.1	3.3
Nicaragua	0.01	49.8	67.5	92.9	1.8	5.0	3.9	2.0
	Média	36.3	54.2	69.6	1.7	1.3	4.8	3.1

Fonte: elaboração própria, baseada em WB, WDI, 2014

Quanto à velocidade da liberalização, a Tabela 1 sugere que, no período 1960-1980, vários países da América Latina (Brasil, Chile, Uruguai, Honduras ...) já estavam em processo de abertura da economia e reforma do modelo de substituição de importações. No período de 1980 a 2013, alguns países, incluindo aqueles com um coeficiente inferior em 2013, abriram suas economias à concorrência externa em alta velocidade. Paradoxalmente, o Chile, até esta data, a economia mais liberal, abriu sua economia com menos velocidade do que o Brasil e a Argentina. E a Colômbia, considerada uma economia radicalmente ortodoxa, aparece com um ritmo moderado de exposição de sua economia à concorrência externa.

No entanto, o crescimento após a liberalização não correspondeu às expectativas, como ilustrado no Gráfico 1. As reformas estruturais e a liberalização, tanto no âmbito da OMC como a partir de acordos regionais, deveriam garantir um ambiente macroeconômico equilibrado propício para taxas de crescimento mais elevadas, empurrar a economia para um novo processo de industrialização com níveis mais altos de produtividade, bem como estimular o investimento nacional e estrangeiro privado, a fim de aumentar a taxa de formação de capital. Todos estes efeitos deveriam estimular o emprego e aumentar a renda do trabalho. Como veremos, pouco foi conseguido a despeito da indiscutível liberalização, que ocorreu em ritmos e intensidades diferenciadas em cada país.

A expansão econômica após 1983, mesmo durante os períodos de crescimento (2003/2008 e 2010/2013) foi menor do que antes de 1983 (duas últimas colunas da Tabela 1 e Tabela 2). Também nos aspectos formação de capital e produtividade do trabalho (PUYANA, 2014) a expansão após 1983 decresceu. As taxas de crescimento do PIB da América Latina apresentados na Tabela 2 evidenciam taxas mais baixas após 1980.

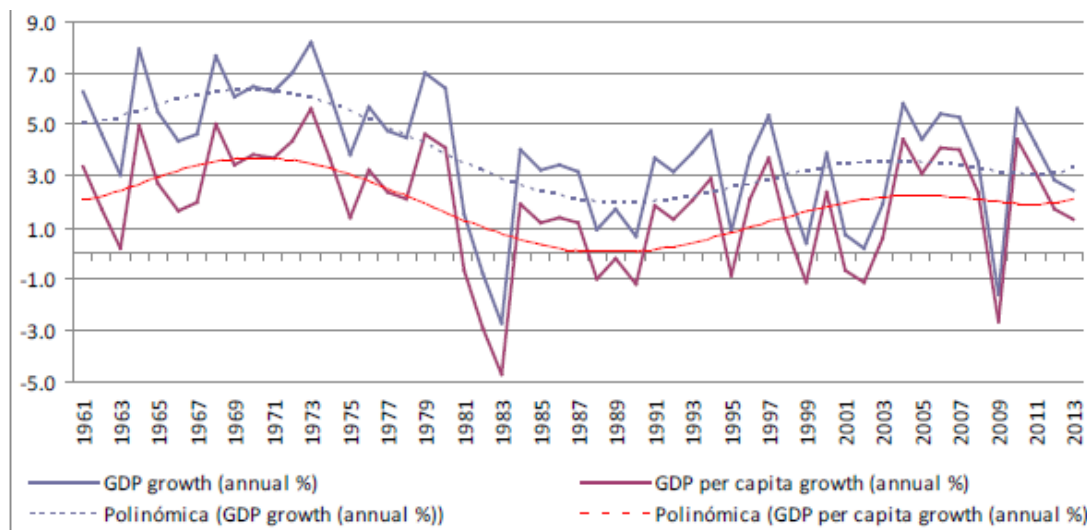


Figura 1: Gráfico das taxas brutas de crescimento do PIB (GDP) da América Latina e do Caribe (em porcentagem) 1960-2013.

Fonte: Elaboração própria, baseada em WB, WDI (2014).

Tanto o Figura 1 como a Tabela 2 evidenciam que os níveis recordes de crescimento nas décadas anteriores à crise não foram superados sequer durante os anos de crescimento mais intensos pós-crise. E evidencia-se que a instabilidade medida pelo desvio padrão das taxas de crescimento é maior do que antes da crise. Portanto, há que conter-se o otimismo.

Tabela 2: Taxas de crescimento anual do PIB na América Latina, 1960-2013

	Crescimento anual per capita		Desvio padrão.	
	Total	Per capita	Total	Per capita
1961-1980	5.83	3.20	2.13	2.02
1981-2000	2.41	0.65	2.01	1.99
2001-2008	3.41	0.27	1.65	1.60
2009-2013	2.71	1.56	2.71	2.68

Fonte: Elaboração própria (Puyana), baseada em WB, WDI (2014).

Os impactos da liberalização sobre as contas de capital e da balança comercial, além do efeito de apreciação prolongada das moedas nacionais como âncoras da formação dos preços, não foram explicitados. Nestas condições, os investimentos produtivos não fluem devido à falta de rentabilidade, e as taxas de crescimento da economia tem se revelado insuficientes para impulsionar a criação de emprego e evitar a deterioração do salário.

A liberalização do comércio exterior aumentou o desequilíbrio da balança comercial como proporção do PIB, o que aponta para a limitação do comércio externo como um

fator de crescimento. Entre as variáveis que explicam o crescimento da região e de cada um dos países, a liberalização do comércio tem pouco poder explicativo - quase nenhum - embora a relação seja positiva em alguns países (Colômbia, Chile e Peru) e negativa em outros (México, Argentina, Brasil) (PUYANA, 2014). As mudanças na estrutura tarifária reduziu a proteção ao valor agregado doméstico, o que, combinado com a valorização da moeda, gerou outro tipo de substituição: da mão de obra nacional por mão de obra importada. Em suma, apesar da liberalização comercial significativa, a região não recuperou a participação no comércio mundial dos anos 1960 ou 1970.

A reprimarização das economias latino-americanas: a liberalização econômica abriu a porta para a realocação de fatores produtivos e o retorno à especialização baseada em vantagens competitivas e abundância de recursos naturais, de acordo com o modelo Heckscher-Ohlin. As exportações brasileiras e argentinas de bens e produtos alimentares constituem 63-65% do total das exportações. Esta proporção é semelhante ao registrado na Costa Rica e Honduras, que exportam produtos de consumo manufaturados de baixa tecnologia inseridos nas cadeias de valor globais. Novamente, não emergem padrões claros quanto ao coeficiente externo de países diversos politicamente. A estrutura de produção e exportação de países com economias e territórios maiores tende a ser mais diversificada em *commodities* e alimentos do que em países pequenos.

Desta maneira, surge o neo-extrativismo latino-americano, desencadeando um interessante debate teórico sobre como interpretá-lo. Há duas maneiras de avaliar o neo-extrativismo: em primeiro lugar, o aumento da participação das *commodities* nas exportações totais; em segundo, a desindustrialização resultante da abertura das economias. Ambos os processos estão presentes na trajetória das estruturas das economias da região. A Tabela 3 apresenta a estrutura de vários países da América Latina revelando a especialização em *commodities* e seu processamento. México, Costa Rica, El Salvador e Panamá figuram como exportadores de fabricação *hi-tech*, um dado enganoso, uma vez que, por exemplo, no México a agregação de valor de conteúdo nacional de suas exportações é mínima e consiste basicamente em montagem de componentes importados.

Tabela 3: Estrutura das das exportações em países da América Latina. Percentual do total de exportações

	Estrutura das exportações	Especialização das exportações
Argentina	Materias primas (65%)	Alimentos (54%)
Bolivia	Materias primas (95%)	Combustíveis (55%)
Brasil	Materias primas (63%)	
Chile	Materias primas (86%)	Ouro e metais (61%)
Colombia	Materias primas (82%)	Combustíveis (70%)
Ecuador	Materias primas (91%)	Combustíveis (58%)
El Salvador	Manufaturas (71%)	Manuf de alta tecnología (4.7%)
Costa Rica	Manufaturas (61%)	Manuf de alta tecnología (39.6%)
Honduras	Materias primas (66%)	Alimentos (56%)

continua...

México	Manufaturas (74%)	Manuf de alta tecnología (16.3%)
Nicaragua	Materias primas (95%)	Alimentos (90%)
Paraguay	Materias primas (91%)	Alimentos (60%)
Panamá	Manufaturas (93%)*	Manuf de alta tecnología 35.4%
Perú	Materias primas (85%)	Ouro e metais (50%)
Venezuela	Materias primas (97%)*	Combustíveis (97%)

Fonte: Elaboração própria, basead em WB, WDI (2014).

Há que responder a duas questões principais: seria o neo-extratativismo um novo modelo de desenvolvimento, e seriam os governos que se declaram como tal, efetivamente neo-desenvolvimentistas? Gudynas (2012) descreve o neo-extratativismo como um caminho de desenvolvimento baseado na “mercantilização da natureza” criando-se um tipo de enclave de produção voltado às exportações. Este modelo depende de investimentos estrangeiros e de tecnologia. Em concordância com Acosta A. (2012), ele aponta que os países neo-desenvolvimentistas utilizam a renda das *commodities* para pagar despesas sociais, reduzir a pobreza e mitigar a desigualdade, sem tributar grandes ganhos de capital ou alterar o modelo dominante de exportação, portanto, para Gudynas, o neo-extratativismo é um novo modelo econômico, que ele denomina de pós neo-liberal. Já Hans-Jürgen Burchardt e Kristina Dietz sugerem que a ecologia política do neo-estruturalismo não foi suficientemente analisada. Para eles, a despeito das melhoras nos aspectos da pobreza e da desigualdade, e em alguns casos no mercado de trabalho, o neo-extratativismo não é um novo modelo, e os países neo-extratativistas reproduzem diversos elementos característicos de estados rentistas. A distribuição da renda do capital poderia ser uma forma de consolidar o apoio político para um modelo que tem vários efeitos negativos sobre a distribuição, a democracia, o emprego e o meio ambiente. Assim, um consenso político conservador surge baseado na “partilha dos despojos, e não na solidariedade” (BURCHARDT; DIETZ, 2014).

A *redução da pobreza e da desigualdade* registradas na América Latina é um dos argumentos elencados a favor da liberalização econômica e das reformas estruturais, entretanto há que debater-se as razões para a redução. A abundante literatura sobre a redução da pobreza e da desigualdade na região parecem confirmar que houve avanços mesmo durante e imediatamente após a crise de 2008, estes são atribuídos à emergência de regimes de esquerda democráticas, especialmente na América do Sul (Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Uruguai e Venezuela).

A Tabela 4 demonstra a trajetória de longo prazo do índice de Gini de concentração de renda em vários países latino-americanos, agrupados por orientação política, como sugerido por Cornia (2012). Andrea Cornia (2012; 2014) faz uma classificação dos países de acordo com sua orientação política. Ele classifica os países em quatro grupos (Esquerda Radical; Centro Esquerda Social-democrata; Centro; Centro Direita e Direita). Para ele, as maiores reduções são registradas em países a esquerda do centro (*Left of the Centre*, LOC) explicitado em termos de mudança de regime em 15 países. Independente dos problemas relacionados a este tipo fino de classificação, gostaríamos de mostrar que

o progresso na redução da desigualdade latino-americana depende do período avaliado. A avaliação da trajetória após as reformas, uma perspectiva de longo prazo faz-se necessária e com ela diferentes imagens emergem. Em vários países, a desigualdade foi mais intensa em 2010 do que em 1960 ou em 1980, e a redução foi mínima. Durante 1960-1980, quase todos os países reduziram a desigualdade, já este processo foi revertido após as reformas na década de 80. De fato no período entre 2000-2010, os países radical de esquerda e de esquerda social-democratas conseguiram reduzir a desigualdade de forma significativa, mas isso ocorreu após 2005. Algumas das causas deste avanço não podem, entretanto, ser atribuídos a políticas públicas, nem a um modelo econômico que promove crescimento com empregos de qualidade, produtividade e rendimentos mais elevados e políticas fiscais e trabalhistas progressistas.

O autor Cornia elenca causas externas e internas para redução da pobreza e da desigualdade no primeiro grupo. Ele menciona a melhora dos termos de troca comerciais, o aumento das remessas de trabalhadores no exterior e maior acesso ao crédito internacional. As causas internas de pobreza e redução da desigualdade seriam: em primeiro lugar, o declínio da taxa de dependência e o aumento das taxas de atividade; melhorias nos níveis de educação e a redução no ensino superior em consequência do declínio dos salários reais médios dos trabalhadores mais educados, e não, do aumento do salário do trabalho de baixa qualificação, resultante do aumento na demanda. Finalmente, mas não menos importante, os efeitos monetários decorrentes de programas de transferência de rendas, o rápido crescimento econômico e alterações na despesa fiscal.

CONCLUSÕES

Existem sérias dúvidas quanto à possibilidade de uma mudança de paradigma econômico como resultado da crise econômica global prolongada. Para viabilizar uma mudança radical faz-se necessário uma mudança política, mais profunda, talvez, do que a que ocorreu na França na última eleição ou nas de outros países ao redor do globo. Tenho em mente Argentina, Bolívia e Ecuador, por exemplo. É grande o poder das altas finanças e nos Estados Unidos eles têm passe livre para promover a eleição de presidentes, e congressistas, e o poder para pressioná-los implacavelmente. A América Latina parece estar dividida em dois campos bem definidos, com duas formas distintas de fazer política e de dirigir a economia. Qual destes dominará no longo prazo é uma questão incerta. As mudanças no poder político e políticas econômicas em alguns países, como a Argentina, Bolívia, Brasil, Equador ou a Venezuela são interessantes e importantes, mas até o momento não está claro se durarão, ou até que ponto eles pretendam modificar a predominância do modelo liberal baseado em exportações de forma significativa.

Tabela 4: América Latina - Evolução do coeficiente Gini (1960-2010).

Political regime	País	Índice de Gini						Crescimento GINI por períodos					Gini Growth. Average country groups					
		1960	1980	1990	2000	2005	2010	1960-80	1960-10	1980-00	1960-10	2000-10	1960-80	1960-00	1960-10	1980-00	1980-10	2000-10
Esquerda Radical	Bolivia			42.04 ¹	64.3	58.47	50.8 ²		20.9	52.9	20.9	20.9	20.9					
	Nicaragua	68.1	57.9	56.7	57.9 ³	53.2	47.8 ²	-15.0	-29.8	0.0	-29.8	-17.4						
	Venezuela	46.2	44.7	44	46.8	49	39.4	-3.2	-14.7	4.7	-14.7	-15.8	-9.1	39.3	-9.1	19.2	1.1	-18.1
Centro Esquerda Social -Democrata	Argentina	41.4	47.2	47.7	51.06	49.27	44.5	14.0	7.5	8.2	7.5	-12.8						
	Brasil	57	57.1	57.3	64 ⁴	61.3	57.6 ²	0.2	1.1	12.1	1.1	-10.0						
	Chile	48.2	53.1	54.7	55.22	51.79 ⁵	52 ²	10.2	8.3	4.0	8.3	-5.8						
	Equador	61	54.2	56	55.9	53.1	49.5	-11.1	-18.9	3.1	-18.9	-11.4						
	El Salvador	42.4	48.4	50.5	53.1	47.88	45.4	14.2	7.1	9.7	7.1	-14.5	7.5	2.3	-1.3	8.9	-0.2	-9.1
	Paraguay		45.1	57	55.8 ⁴	52.8	53.3		18.2	23.7	18.2	-4.5						
Centro	Uruguay	37	43.6	40.6	44.39	45.87	42.2	17.8	14.1	1.8	14.1	-4.9						
	Costa Rica	50	48.5	46	47.4	47	49.2	-3.0	-1.6	-2.3	-1.6	3.8						
	Honduras	66	54.9	57	56.4 ⁴	59.51	56.7	-16.8	-14.1	2.7	-14.1	0.5	-16.4	-12.1	-13.5	6.3	4.4	-1.9
	Perú	61	43	46.4	50.93	49.28	45.8	-29.5	-24.9	18.4	-24.9	-10.1						
	Colombia	54	59.13	56.7	58.68	55.1	55.7	9.5	3.1	-0.8	3.1	-5.1						
Centro Direita e Direita	México	60.6	50.9	53.1	54.2	52.8	48.1	-16.0	-20.6	6.5	-20.6	-11.3						
	Panamá	50	47.5	56.3	57.66	52.9	51.9	-5.0	3.8	21.4	3.8	-10.0	4.5	4.5	9.0	0.3	-8.8	

Legenda: 1 Gini (1991; 2009), 2 Gini (2009), 3 Gini (2001), 4 Gini (1999).

Fonte: Elaboração própria, baseada em Cornia (2012), WDI (2014), CEPAL (2014) para dados em verde e Prados de la Escosura (2005) para dados em vermelho.

- 1 Ver: FMI (2014, 2015), da OCDE (2014, 2015) e ICMBS (2014).
- 2 O Financial Times estabeleceu um painel para debater o futuro do capitalismo e as medidas para salvá-lo, e mantém o blog “O Futuro do Capitalismo”: <http://blogs.ft.com/capitalismblog>. Presidente Sarkozy convocou os chefes de Estado e cientistas sociais para uma discussão sobre “Novo Mundo, Novo Capitalismo”, e The Economist dedicou várias questões para a crise da teoria macro-econômica e economia financeira, incluindo comentários por ganhador do Prêmio Nobel R. F. Lucas. A OCDE criou o fórum ‘Medindo o progresso das sociedades “para encontrar maneiras de medir o progresso das nações.
- 3 “Não há mais do que alguns de nós na minha geração de economistas internacionais que ainda carregam as cicatrizes de não ser capaz de publicar artigos de preços rígidos durante os anos de repressão nova neoclássico” - Rogoff, K. (2002, página 9) .
- 4 Journal of Economic Literature, Setembro de 1991.
- 5 No recente livro Beyond Outrage: O que deu errado com nossa economia e nossa democracia, e como corrigi-lo (2012), Robert B. Reich, professor de Berkeley, documentos que “o capitalismo moderno”, consolidada ao longo das últimas três décadas concentrando riqueza, corrói as suas fontes de crescimento e enfraquece a democracia. O 1% mais rico da população dos EUA acumulou 45, 65 e 93 por cento do crescimento do rendimento durante os governos Clinton, Bush e Obama. A OCDE (2011) lamenta a concentração de renda e alerta sobre os danos para a coesão social e o sistema que ele implica.
- 6 Desde Smith e Ricardo, as metáforas estão presentes na linguagem da economia: a mão invisível, tempo é dinheiro, bolhas, reaquecimento, o mercado de trabalho. Os modelos econométricos são a formulação matemática destes. O problema não é o uso de metáforas, mas sim que, por que e para que fim eles são usados e, mais sério, que obscurecem em vez de ajudar a investigação. Krugman (1997) e Steven Landsburg (2010) sugerem que a retórica econômica vem de parábolas, como as de Esopo, a fim de ter uma clara moral não é necessário para eles para ser verdade, ou mesmo realista. Eles só precisam de ser bem contada. Sobre o papel das metáforas no processo de conhecimento e aprendizagem e para o desenvolvimento do pensamento econômico: Deirdre McCloskey N. A retórica da Economia ou Philip Mirowski (1994), bem como Arjo Klamer, Donald N. McCloskey, Robert M. Solow, 1989 ou Arjo Klamer de 2007.
- 7 Stiglitz, J. (1991), The Invisible Hand and Modern Welfare Economics, NBER Working Paper No. w3641
- 8 Keynes também rejeitou a suposta neutralidade de dinheiro e a possibilidade de substituição do dinheiro e bens de capital.
- 9 A América Latina registrou as maiores taxas de crescimento e reduziu o fosso entre o seu PIB per capita e dos Estados Unidos. Neste período (1945-1980), vários países latino-americanos, especialmente Argentina, Brasil, México, Peru, Venezuela, registraram as maiores taxas de crescimento desde o início do século XX até 2013.
- 10 Piketty, T. (2014) *Capital in the Twenty-First Century*, Harvard UPL
- 11 Para uma revisão completa, consulte Real-World Economics Review, edição especial (n.º 69), em: <http://www.paecon.net/PAERreview/issue69/whole69.pdf>
- 12 Para uma análise detalhada do imperialismo da economia, a literatura abundante de Belas Ben, tais como: Fine (2008) e Fine and Milonakis (2009a; 2009b).
- 13 Lagarde (2011), em entrevista à iMFDirect, declarou: “... a nova América Latina pode fornecer algumas lições para os países desenvolvidos sobre a importância de se fazer poupança para períodos de mau tempo e controle do sistema financeiro”. Argentina enfrentou a crise de 2001 desvalorizando o peso e falta de pagamentos, medidas que a Grécia, Espanha e Itália não pode adotar se quiserem permanecer na união monetária.
- 14 PRI - Partido Revolucionário Institucional do México que governou entre 1929 até 2000 (nota da tradutora MRCS).

Referencias

- ACOSTA, Alberto. *Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición*. EcoPortal.net, 2012. Disponível em: <http://www.ecoport.net/Temas_Especiales/Mineria/Extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion>.
- ALESINA, Alberto. ARDAGNA, Silvia. TREBBI, Francesco. 'Who Adjusts and When? On the Political Economy of Reforms'. National Bureau of Economic Research. Working Paper 12049. 2006. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w12049>>.
- AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION COMMISSION. 'Report' in: Journal of Economic Literature. 1991.
- AMSDEN, Alice H. 'The direction of trade – past and present – and the 'learning effects' of exports to different direction?' *Journal of Development Economics*. 1986.
- BECKER, Gary Stanley. Accounting for Tastes. Harvard University Press. Bernanke, Ben S., comments, At the meetings of the Eastern Economic Association, Washington, 20 February, 2004. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/BOARDDOCS/SPEECHES/2004/20040220/default.htm>>.
- BURCHARDT, Hans-Jürgen; DIETZ, Kristina. (Neo-)extractivism – a new challenge for development theory from Latin America, *Third World Quarterly*, Vol. 35, Issue 3, pp. 468-486, April 2014.
- CORNIA, Andrea Giovanni. Inequality Trends and their Determinants: Latin America over 1990-2010, Working Papers – Economics wp2012_02.rdf, Università degli Studi di Firenze. 2012
- CORNIA, Andrea Giovanni. *Income inequality in Latin America: Recent decline and prospects for its further reduction*. Working Papers – Economics wp2014_14.rdf, Università degli Studi di Firenze. 2014.
- DAVIDSON, Paul. *Is economics a science? Should economics be rigorous?*, Real-World Economics Review, n.59, 2012. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAERReview/issue59/Davidson59.pdf>>.
- FARMER, Roger. E. A. *Fiscal Policy Can Reduce Unemployment: But There is a Better Alternative*. <http://www.rba.gov.au/publications/workshops/research/2009/pdf/farmer.pdf>
2009.
- FARMER, Roger, E. A. *Teaching Macroeconomics, paper presented at the GES/Bank of England conference, 'What Post-Crisis Changes Does the Economics Discipline Need? Are Graduate Economists Fit for Purpose?' on 7 February 2012*.
- FINE, Ben. Vicissitudes of Economics Imperialism, *Review of Social Economy*, 66 (2). pp. 235- 240. 2008
- FINE, Ben. DIMITRIS, Milonakis. *From Political Economy to Economics: Method, the Social and the Historical in the Evolution of Economic Theory*. Routledge. 2009a.
- FINE, Ben; DIMITRIS, Milonakis. *From Economics Imperialism to Freakonomics: The Shifting Boundaries Between Economics and Other Social Sciences*. London; New York: Routledge. 2009b.
- UNITED STATES OF AMERICA. *Financial Crisis Inquiry Commission*. Financial Crisis Inquiry Report (2010) Disponível em: http://fcic-static.law.stanford.edu/cdn_media/fcic-reports/fcic_final_report_full.pdf. 2011.
- FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martín. *Fragilidad externa o desindustrialización: ¿Cuál es la principal amenaza para América Latina en la próxima década?* ECLAC. 2011. Disponível em: <http://www.itf.org.ar/pdf/documentos/81-2011.pdf>
- FRIEDMAN, David Directoy. *The Role of Monetary Policy* *The American Economic Review*, Vol. 58, No. 1. pp. 1-17. 1968.
- GALBRAITH, John Kenneth. El poder y el economista útil. *Trimestre Económico*. Vol. 41, No. 161(1). 1974, pp. 231-247. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20856403>>.
- GALBRAITH, John Kenneth. *Who Are These Economists, Anyway?* 2009. Disponível em: <<http://www.nea.org/assets/docs/HE/TA09EconomistGalbraith.pdf>>.
- GREENSPAN, Alan. *Testimony of Chairman Alan Greenspan The regulation of OTC derivative*.

1998. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/testimony/1998/19980724.htm>>.
- GREENSPAN, Alan. Risk and Uncertainty in Monetary Policy, *American Economic Review*, 94(2): 33-40. DOI: 10.1257/0002828041301551. 2004. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/0002828041301551>>.
- GREENSPAN, Alan. *The Age of Turbulence: Adventures in a New World*. New York: Penguin Press. 2007.
- GREENSPAN, Alan. *Comparecencia ante el Congreso de los Estados Unidos, sobre las fuentes de la Crisis Financiera*. 2008. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/economics/2008/10/23/greenspan-testimony-on-sources-of-financial-crisis/>>.
- GREENSPAN, Alan. *Follow-Up to the Financial Crisis Inquiry Commission Hearing on April 7, 2010*. Disponível em: <http://fcic-static.law.stanford.edu/cdn_media/fcic-testimony/Subprime%20Lending%20and%20Securitization%20and%20GSEs/Alan%20Greenspan%20Follow%20Up.pdf>.
- GRIFFITH-JONES, Stephany. OCAMPO, José Antonio. STIGLITZ, Joseph Eugene. *Time for a Visible Hand: Lessons from the 2008 World Financial Crisis*. 2010.
- GUDYNAS, Eduardo. Estado Compensador y nuevos Extractivismos: Las ambivalencias del Progresismo Latinoamericano, *Nueva Sociedad*, N. 237. 128-146. 2012.
- INTERNATIONAL CENTER FOR MONETARY AND BANKING STUDIES – ICMBS. Geneva Report. 2014. Disponível em: <http://www.cepr.org/active/publications/books_reports/booklist.php?list_type=GENEVA>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. WEO Outubro 2014. Legacies, Clouds, Uncertainties. 2014. Disponível em: <www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/>.
- International Monetary Fund – IMF. Uneven Growth: Short- and Long-Terms Factors, 2015. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/>>.
- JOMO, Kwame Sundaram (Ed.). *The Pioneers of Development Economics. Great Economists on Development*. Zed Books, New York, London. 2005.
- JOMO, Kwame Sundaram; ARNIM, Rudger von. *Trade Liberalization and Economic Development, Science*, Vol. 323 N. 5911, pp. 211-212, DOI: 10.1126/science.1155337. 2009. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/323/5911/211.summary>>.
- KAY, John. How Economics Lost Sight of Real World, *Financial Times*, 21 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/35301d06-2eaa-11de-b7d3-00144feabdc0.html>>.
- KRUGMAN, Paul. *Pop Internationalism*, The MIT Press. 1997.
- KRUGMAN, Paul. *The Fal And Rise of Development Economics*. 1999. Disponível em: <<http://web.mit.edu/krugman/www/dishpan.html>>.
- KRUGMAN, Paul. Dark Age of macroeconomics (wonkish), *New York Times* blogs. 2009 Disponível em: <<http://krugman.blogs.nytimes.com/2009/01/27/a-dark-age-of-macroeconomics-wonkish/>>.
- KRUGMAN, Paul. How Did Economists Get It So Wrong?, *New York Times Magazine*. 2009b. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/09/06/magazine/06Economic-t.html?_r=0>.
- KRUGMAN, Paul. Presidential Address: The profession and the crisis, *Eastern Economic Journal*. No. 37, pp. 307-312. doi:10.1057/ej.2011.8. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/ej/journal/v37/n3/full/ej20118a.html>.
- LAGARDE, Christine. *Latin America-Taking the Helm iMFDirect*. 2011. Disponível em: <<http://blog-imfdirect.imf.org/2011/11/25/latin-america-taking-the-helm/>>.
- LANDSBURG, Steven Emerson. The Big Questions: Tackling the Problems of Philosophy with Ideas from Mathematics, Economics, and Physics, Free Press, Reimpresión. Lazear, Edward P. (2010). 'Economic Imperialism', *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, vol. 115(1), pages 99-146, February. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/ecop137/lazear-2000.pdf>>.
- LEWIS, William Arthur Economic Development with Unlimited Supplies of Labour, The Manchester School, vol. 22, no. 2, pp. 139-191. In: BURENSTAM, L. S. *An Essay on Trade and Transformation* Cornell University Press, NY, London 1961.

- LIPTON, Michael. The state-market dilemma, civil society, and structural adjustment. Any cross-commonwealth lessons?, *The Round Table*, 317 (021-031). 1991. Disponível em: <<https://michaellipton.files.wordpress.com/2012/02/themarketstatedilemma1991-2-12.pdf>>.
- LUCAS, Robert Emerson. Macroeconomic Priorities, *American Economic Review*, 93(1): 1–14. 2003.
- LYNN, Stuart R. *Economic Development: Theory and Practice for a Divided World*, New Jersey: Prentice Hall. 2003.
- MINSKY, Hyman Philip. *Stabilizing an Unstable Economy*, McGraw-Hill Professional. 2008.
- MIROWSKI, Philip (Ed.) *Natural Images in Economic Thought: Markets Read In Tooth and Claw*, New York: Cambridge University Press. 1994.
- OCAMPO, José Antonio; GRIFFITH-JONES, Stephany; NOMAN, Akbar.; ORTIZ, Ariane.; VALLEJO Juliana. La Gran Recesión y el mundo en desarrollo. Conference on Development Cooperation in Times of Crisis and on Achieving the MDGs, IFEMA Convention Centre (Madrid), 2010b. Disponível em: <<http://www.stephanygj.net/papers/LaGranRecesion2010.pdf>>.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*, Harvard University Press. 2014.
- POSNER. *A Failure of Capitalism: The Crisis of '08 and the Descent into Depression US*: Karvard College. 2009.
- POST AUTISTIC ECONOMICS. Open letter from economic students to professors and others responsible for the teaching of this discipline. 2000. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAEtexts/a-e-petition.htm>>.
- PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro. Growth, Inequality, And Poverty In Latin America: Historical Evidence, Controlled Conjectures, *Working Papers in Economic History* wh054104, Universidad Carlos III, Instituto Figuerola de Historia y Ciencias Sociales. 2005.
- PUYANA, Alicia. Pondering the hurdles for the Mexican economy while reading Capital in the Twenty First Century, *Real-World Economics Review*, Pikety No. 69, 2014.
- QUIGGIN, John. *Zombie Economics: How Dead Ideas Still Walk Among Us*. New Jersey: Princeton University Press. 2010.
- REVUE DE MAUSS permanente - RDMP . Her Majesty the Queen... Revue du MAUSS permanente. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article535>>
- REICH, Robert Bernard. *Beyond Outrage: What Has Gone Wrong With Our Economy and Our Democracy, and How to Fix It*. Vintage Books. 2012.
- ROGOFF, Kenneth. Dornbusch's Overshooting Model After Twenty-Five Years, *Números* 2002- 2039. IMF Working paper. WP 02/39. 2002. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2002/wp0239.pdf>>
- ROGOFF, Kenneth. *Dornbusch's Overshooting Model After Twenty-Five Years*, IMF Staff Papers; 49. 2002.
- SARKOZY, Nicolas. New World, New Capitalism. Disponível em: <<http://www.etuc.org/speeches/symposium-%E2%80%98new-world-new.apitalism%E2%80%99#.VCvsEU10yM8>>.
- SARMIENTO, Eduardo. *El Modelo Propio*. Teorías Económicas e Instrumentos, Escuela Colombiana de Ingeniería, Norma, Bogotá. 2002.
- SARMIENTO, Eduardo. *El nuevo paradigma de la estabilidad, el crecimiento y la distribución del ingreso*, Escuela Colombiana de Ingeniería, Norma, Bogotá. 2005.
- SCOTT, Maurice FitzGerald. *A New View of Economic Growth*, Oxford University Press, Oxford, UK). 2005.
- SIMON, Wren-Lewis. Modelling what you can see. 2010. Disponível em: <<http://mainlymacro.blogspot.mx/2012/07/modelling-what-you-can-see.html>>.
- STIGLER, George. J. The Nature and Role of Originality in Scientific Progress, *Economica*, Vol. XII, 1955.
- STIGLER, George. J. *The Economist as Preacher and Other Essays*, University of Chicago Press,

Chicago. 1982.

STIGLITZ, Joseph. *The Invisible Hand and Modern Welfare Economics*, *NBER Working paper* No 3641. 1991.

STIGLITZ, Joseph. *The Anatomy of a Murder: Who Killed America's Economy?* Comparecencia ante la Comisión para Investigar la Crisis Financiera (Financial Crisis Inquiry Commission, FCIC), *Critical Review* Vol. 21 Issue 2. 2009. Disponível em: <http://fcic-static.law.stanford.edu/cdn_media/fcic-testimony/2009-1020-Stiglitz-article.pdf>

STIGLITZ, Joseph. *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future*. W. W. Norton & Company. 2012.

STOCK, James H. *Has the Business Cycle Changed and Why?*. 2003. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c11075.pdf>>..

SUMMERS, Larry. *IMF presentation at the IMF 14th Annual Research Conference In Honor Of Stanley Fisher, International Monetary Fund*. 2013. Disponível em: <<http://larrysummers.com/imf-fourteenth-annual-research-conference-in-honor-of-stanley-fischer/>>.

THALER, Richard. *Markets can be wrong and the price is not always right*, *Financial Times*, 4 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/efc0e92e-8121-11de-92e7-00144feabdc0.html#axzz35gYhQn6B>>.

THATCHER, Margaret. *Magazine interview in Woman's Own*, 1987. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/speeches/displaydocument.asp?docid=106689>>.

WORLD BANK. *'Concept Note: Rethinking Social Policy'*. 2005. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/0,,contentMDK:2692151%7EpagePK:210058%7EpiPK:210062%7EtheSitePK:244363,00.html>>

WORLD BANK. *World Development Indicators* 2014. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do?Step=3&id=4>>.

* Recebido: 05.03.2016. Aprovado: 02.05.2016. Este artigo é uma versão ampliada e atualizada da conferência na inauguração da autora como membro da Academia Colombiana de Ciências Econômicas, Bogotá, em Abril de 2013. A autora agradece a José Antonio Ocampo, Rosemary Thorp, Martin Puchet, José Romero, Eva Paus e Nelson Arteaga pelos seus comentários úteis e generosos que ajudaram a esclarecer os argumentos. Ela também agradece a Agostina Costantino por sua assistência na preparação de uma versão anterior deste trabalho. Todos os erros e omissões são da exclusiva responsabilidade da autora. Tradução de Margot Riemann Costa e Silva.

ALICIA PUYANA

Doutora em Economa. Professora e pesquisadora na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLASCO) – México. E-mail: aliciapuyana@gmail.com